



Guerreiro Ramos e o Brasil Inacabado: Poder, Classe e o Desafio do Desenvolvimento Nacional

Eder Fernando dos Santos

Doutor em Ciências Sociais

IFSP-CBT Cubatão, SP, Brasil

Resumo: O presente estudo analisa a dependência teórica e estrutural da sociologia brasileira em relação a paradigmas estrangeiros, a partir das contribuições de Alberto Guerreiro Ramos. Parte-se da constatação de que a produção sociológica nacional, em diversos momentos, reproduziu modelos analíticos descontextualizados, limitando a compreensão das especificidades históricas, sociais e políticas do Brasil. Nesse sentido, o problema central reside na dificuldade de construção de uma sociologia autônoma, capaz de interpretar o desenvolvimento nacional considerando o papel da industrialização, das estruturas de poder e da formação de uma classe dirigente comprometida com um projeto nacional. Como alternativa a esse cenário, Guerreiro Ramos propõe uma sociologia crítica e engajada, fundamentada na articulação entre teoria e práxis. O autor enfatiza a necessidade de construir categorias analíticas enraizadas na realidade latino-americana, evitando a simples importação de referenciais teóricos estrangeiros. Nessa perspectiva, a industrialização deve ser compreendida não apenas como um fenômeno econômico, mas como um processo civilizatório essencial para a emancipação social e para a consolidação de um projeto nacional autônomo. Conclui-se que a constituição de um poder nacional autônomo no Brasil depende tanto de transformações estruturais quanto de uma reorientação epistemológica das ciências sociais. A ausência de uma consciência histórica articulada entre elites e sociedade comprometeu a construção de um projeto nacional consistente. Dessa forma, o pensamento de Guerreiro Ramos permanece atual ao defender uma sociologia crítica, historicamente situada e comprometida com a superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Sociologia brasileira, Guerreiro Ramos, Desenvolvimento Nacional, Industrialização brasileira, Poder nacional.

Abstract: The present study analyzes the theoretical and structural dependence of Brazilian sociology on foreign paradigms, based on the contributions of Alberto Guerreiro Ramos. It starts from the observation that national sociological production has, at various moments, reproduced decontextualized analytical models, thereby limiting the understanding of Brazil's historical, social, and political specificities. In this sense, the central problem lies in the difficulty of constructing an autonomous sociology capable of interpreting national development while considering the role of industrialization, power structures, and the formation of a ruling class committed to a national project. As an alternative to this scenario, Guerreiro Ramos proposes a critical and engaged sociology grounded in the articulation between theory and praxis. The author emphasizes the need to develop analytical categories rooted in the Latin American reality, avoiding the mere importation of foreign theoretical frameworks. From this perspective, industrialization should be understood not only as an economic phenomenon but also as a civilizational process essential to social emancipation and to the consolidation of an autonomous national project. It is concluded that the constitution of an autonomous national power in Brazil depends both on structural transformations and on an epistemological reorientation of the social sciences. The absence of a historically articulated consciousness between elites and society has undermined the construction of a consistent national project. Thus, the thought of Guerreiro Ramos remains relevant as it advocates for a critical, historically grounded sociology committed to overcoming social inequalities.

Keywords: Brazilian Sociology, Guerreiro Ramos, National Development, Brazilian Industrialization, National Power.

Para darmos início ao nosso trabalho, precisamos resgatar o pensamento de Guerreiro Ramos¹ (1960), para o autor a prática sociológica de maior relevância no contexto contemporâneo estaria sendo produzida em países onde os fatores intelectuais foram convertidos em autênticos fatores de produção. Nesses contextos, a teoria sociológica se manifestaria de forma implícita nas práticas de organização

¹ Bionota disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/alberto-guerreiro-ramos/>

social. Compartilhamos da perspectiva de Guerreiro Ramos ao defender que a sociologia deve se materializar por meio de esforços voltados à organização social da coletividade. Essa concepção científica constitui a base que orienta suas produções intelectuais, mesmo diante das críticas direcionadas ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por parte de alguns autores na década de 1970.

Dessa forma, direcionamos nossa análise à polaridade fundamental que, segundo Guerreiro Ramos, marcava o contexto histórico do Brasil, por ele nomeada como “O Problema Nacional do Brasil”. Tal abordagem insere-se no escopo da tradição da sociologia militante brasileira, à qual o autor conscientemente se vinculava. Os textos analisados abordam aspectos relacionados às condições sociais, às ideologias em circulação, à problemática da realidade brasileira, à estrutura social do país, ao controle ideológico sobre a programação econômica, aos princípios identitários do povo brasileiro e da classe trabalhadora, bem como aos processos de industrialização e desenvolvimento.

No que tange à industrialização — considerada por diversos teóricos como elemento central para o progresso das nações —, destaca-se que, em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Guerreiro Ramos (1995) salienta que tal processo não se limita a uma transformação de ordem tecnológica, mas deve ser compreendido como uma categoria sociológica de natureza fundamental. Com base nesse entendimento, torna-se necessário esclarecer que os conceitos sociológicos não emergem de forma espontânea; ao contrário, resultam de análises críticas contextualizadas em situações históricas concretas. Nesse sentido, é pertinente integrar à discussão a contribuição de Koselleck no tocante à historicidade dos conceitos, a fim de ampliar e aprofundar a compreensão sobre a constituição e o uso das categorias analíticas na sociologia brasileira.

Do ponto de vista historiográfico, a especialização na história dos conceitos teve não pouca influência sobre as investigações conduzidas pela história social. Ela começou como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional, em seguida, essa especialização pretendeu uma crítica à história das ideias, compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capazes de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial. Ambos os impulsos conduziram a uma delimitação metodológica mais precisa, pois, ao longo da investigação da história de um conceito, tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado

período, ao mesmo tempo em que se investiga também a função política e social desse mesmo conceito (Koselleck, 2006, p.104).

Compreender a trajetória e a função política dos conceitos empregados por Guerreiro Ramos é, portanto, essencial para a apreensão crítica de seu pensamento sociológico. Longe de adotar uma abordagem ingênua ou descolada das determinações históricas, o autor propôs, já em 1960, uma sociologia dinâmica, capaz de nomear e interpretar as forças e tendências que estruturam a realidade nacional brasileira. Seu projeto teórico implicava o desenvolvimento de categorias analíticas enraizadas nas especificidades do contexto brasileiro, o que exigia, por conseguinte, um distanciamento das abordagens meramente imitativas de matrizes estrangeiras.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos destacou a relevância do procedimento de estilização científica, tomando como referência os trabalhos de Max Weber e Ferdinand Tönnies, cuja sofisticação conceitual permitiu a elaboração de modelos teóricos ajustados às realidades sociais específicas. Para ele, a construção de conceitos voltados à compreensão dos processos de industrialização deveria igualmente obedecer a esse rigor estilístico e contextual.

A título ilustrativo, o professor Bráulio Matos estabeleceu um comparativo entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, com o objetivo de evidenciar as distintas influências que ambos exerceram sobre o campo da sociologia no Brasil. Tal comparação contribui para o entendimento das diferentes matrizes teóricas que marcaram a consolidação da disciplina no país, bem como das disputas em torno da definição de um projeto de ciência social comprometido com a transformação da realidade nacional.

Há aspectos muito mais permanentes unindo e afastando esses dois autores. Basta notar algumas semelhanças significativas, como: (a) ambos são homens radicais que assumiram posturas independentes em relação às esquerdas hegemônicas no País; (b) ambos tiveram uma formação intelectual vasta e foram muito influenciados por autores como Mannheim e Weber; (c) ambos dedicaram à negritude trabalhos importantes e investidos de interesse militante (Matos, 1997, p. 163).

É sempre pertinente explicitar as diferenças e convergências entre esses dois intelectuais de grande relevância para as ciências sociais — Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes —, cuja contribuição foi decisiva para a consolidação do

pensamento sociológico no Brasil. Além disso, é necessário reiterar que a ênfase na temática da industrialização decorre de sua centralidade no arcabouço teórico de Guerreiro Ramos. Para o autor, a industrialização não constitui apenas um processo de natureza econômica, mas configura-se como um processo civilizatório, essencial para o projeto de desenvolvimento nacional.

Nessa perspectiva, é oportuno recuperar a reflexão de Singer (2003), segundo a qual a compreensão do desenvolvimento envolve não apenas a expansão da capacidade produtiva, mas também a criação de novas formas e estruturas de produção. Tais transformações devem ser orientadas pela busca de um crescimento econômico contínuo e sustentável, articulado à preservação ambiental e à promoção de justiça social. Isso implica a inclusão efetiva dos segmentos historicamente marginalizados nos benefícios gerados pela produção social.

Guerreiro Ramos (1995) reforça essa compreensão ao argumentar que captar a essência do processo de industrialização é condição indispensável para evitar abordagens fragmentadas ou interpretações equivocadas de questões particulares, como aquelas relacionadas ao meio rural. Ele sustenta que a superação dos problemas do campo exige transformações tecnológicas estruturais, e não apenas soluções imediatistas ou paliativas. A fixação do homem no campo, por exemplo, requer uma reinterpretação crítica: o êxodo rural não se deve, fundamentalmente, à vontade dos indivíduos, mas sim à ausência de uma integração econômica efetiva no interior da estrutura regional.

Nesse contexto, o deslocamento da população rural para os centros urbanos deve ser compreendido como um desdobramento inevitável do processo de industrialização. Longe de ser um fenômeno necessariamente negativo, a urbanização está correlacionada a padrões mais elevados de vida e a um maior dinamismo industrial. Quando mal compreendido, esse processo leva a propostas inadequadas de intervenção no espaço rural, como a suposição de que a melhoria das condições de vida no campo poderia ser alcançada exclusivamente por meio de ações diretas, dissociadas das transformações tecnológicas estruturais.

Guerreiro Ramos, ao conceituar a industrialização, aponta para a necessidade de compreendê-la como uma modalidade específica de relação entre sociedade e natureza. Essa concepção remete, inevitavelmente, à definição marxiana de trabalho

como mediação fundamental entre o ser humano e o meio natural. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que integra a produção social às dimensões históricas, materiais e civilizatórias da existência humana.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 2013, p. 255).

Esse processo de industrialização representa, conforme compreendido por Guerreiro Ramos, uma forma de libertação do ser humano em relação aos determinismos de ordem natural — ou, como ele denomina, "determinismos cósmicos" —, ao permitir o domínio crescente sobre a natureza por meio da substituição das forças humanas por forças mecânicas. Trata-se, portanto, de um fenômeno que transcende o âmbito econômico, configurando-se como um processo civilizatório que promove verdadeiras mutações históricas nas estruturas sociais e culturais.

Ainda no que se refere à industrialização, Guerreiro Ramos (1995) exortava os sociólogos latino-americanos a adotarem novas diretrizes de pensamento sociológico, capazes de apreender a complexidade desse processo enquanto categoria transformadora da realidade social. Ele advertia contra a tendência reducionista de encarar a industrialização apenas como um meio para atingir padrões de desenvolvimento estabelecidos por países centrais, reforçando que tal concepção compromete a formulação de diagnósticos autônomos e pertinentes à realidade latino-americana. A ausência de assimilação dessas novas perspectivas pode conduzir a abordagens limitadas e à ineficácia da sociologia como instrumento de orientação das transformações sociais. Para o autor, os critérios sociológicos são historicamente condicionados, ou seja, estão intrinsecamente ligados à fase de desenvolvimento econômico e social de uma dada sociedade, não podendo ser tomados como normas universais e atemporais. Essa visão reforça seu compromisso com uma sociologia

enraizada no tempo histórico, apta a descobrir as regularidades específicas que regem cada etapa do desenvolvimento.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos demonstrava a convicção de que a ausência de clareza teórica e de perspectiva crítica se manifestaria de maneira evidente na produção sociológica brasileira, caso esta não incorporasse uma leitura histórica e dialética dos fenômenos sociais. A sociologia, em sua concepção, deveria constituir-se como uma ciência histórica, orientada para a análise concreta das determinações estruturais de cada período, e não como uma repetição acrítica de paradigmas importados.

A esse respeito, Matos (1997) rememora o desfecho da controversa e, por vezes, tensa contenda intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, que se tornou emblemática no campo da sociologia brasileira. O episódio revelou não apenas divergências teóricas e metodológicas entre os dois autores, mas também distintos compromissos intelectuais com os rumos da ciência social no país. A tensão entre essas visões contribuiu, por um lado, para o amadurecimento do debate acadêmico, mas, por outro, também evidenciou os desafios enfrentados na construção de uma sociologia genuinamente comprometida com a realidade brasileira e latino-americana.

Ademais, destacando as teses sustentadas por Florestan naquela ocasião, Cohn disse também que os anos 50 podem ter sido realmente o momento da sociologia como afirmação (Fernandes, 1962), mas agora, decorridos trinta e tantos anos, devemos enfrentar um desafio intelectual novo, o momento da sociologia como interrogação (Matos, 1997, p. 150).

Gabriel Cohn (2023) destaca um movimento crucial no interior da sociologia contemporânea ao refletir sobre sua identidade epistemológica. Segundo ele, a pergunta central que mobiliza esse campo é: se a sociologia pretende ser efetivamente uma ciência, como pode definir sua identidade diante dos desafios atuais? Tal questionamento desdobra-se em outras indagações fundamentais: existiria uma única sociologia ou diversas formas de sociologia? Em resposta a esse cenário de incertezas, um discípulo de Florestan Fernandes propôs uma releitura do conceito de "sociologia como afirmação", reformulando-o como "sociologia como interrogação". Essa inflexão conceitual representa uma mudança de perspectiva que problematiza o

compromisso tradicional da disciplina com a razão e o método científico, abrindo espaço para a reflexão crítica sobre os próprios fundamentos do fazer sociológico. Passadas mais de três décadas desde a formulação dessa proposta, a invocação dos chamados “novos tempos” pode, por vezes, soar desencantada. Contudo, ao articular uma postura afirmativa com uma atitude interrogativa, é possível aprofundar a compreensão dos dilemas enfrentados pela sociologia, especialmente no contexto latino-americano. Nesse sentido, não se trata de ironia, mas de um convite à análise crítica constante dos processos históricos e sociais, o que reforça a atualidade da recomendação de Guerreiro Ramos aos sociólogos do continente. A sociologia, para cumprir sua função, deve se ancorar no acompanhamento histórico rigoroso da realidade social, de modo a elaborar análises coerentes e comprometidas com a transformação dessa realidade. A clareza conceitual e a perspectiva crítica não podem ser negligenciadas, sob pena de esvaziamento teórico e político da disciplina.

Ao revisitarmos a preocupação de Guerreiro Ramos, ainda na década de 1950, com os rumos do labor sociológico, e à luz das reflexões contemporâneas, torna-se evidente o horizonte que o autor vislumbrava: não bastava reconhecer a importância da sociologia ou reafirmá-la enquanto ciência; era necessário praticá-la — transpor o plano teórico e alcançar a práxis sociológica.

Neste ponto, aproximamo-nos da concepção de práxis em Karl Marx, conforme interpretada por Adolfo Sánchez Vázquez (2011),

Com Marx, o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente (Vázquez, 2011, p. 111).

Para ele, a práxis constitui uma atividade transformadora, consciente e orientada para a superação das condições objetivas de alienação. Assim compreendida, a sociologia deve ultrapassar os limites da descrição ou explicação dos fenômenos sociais, assumindo um compromisso efetivo com sua transformação. Essa é a direção apontada por Guerreiro Ramos, cuja sociologia militante não se contenta com a

neutralidade epistemológica, mas busca intervir de modo ativo na construção de uma realidade social mais justa e autônoma.

Nesse contexto, a recomendação de Guerreiro Ramos revela-se especialmente pertinente, na medida em que direciona a atenção para um tema central da sociologia latino-americana: a urgência de desvincular-se dos referenciais teóricos e metodológicos oriundos de realidades alheias à sua. Para o autor, a disciplina deve buscar enraizamento na experiência concreta da América Latina, formulando categorias interpretativas que reflitam os dilemas e as contradições próprias da região. Essa orientação ganha ainda mais relevância quando se considera a centralidade da industrialização como chave de leitura para compreender a dinâmica do processo civilizatório nos países subdesenvolvidos.

Observamos, assim, que as preocupações teóricas formuladas por Guerreiro Ramos, corroboradas posteriormente nos comentários de Matos (1997) e Cohn (2023), mantêm-se atuais e significativas. A sociologia brasileira contemporânea enfrenta inúmeros desafios, tanto no campo acadêmico quanto no espaço escolar, que muitas vezes decorrem da persistência de uma abordagem colonizada e pouco crítica da realidade nacional.

Prosseguindo com essa perspectiva, para Ramos (1960), cabe ao sociólogo latino-americano compreender a industrialização como categoria sociológica fundamental e dotada de caráter dinâmico. Tal compreensão permite a formulação de estratégias voltadas à melhoria das condições de vida na região, reconhecendo que soluções adotadas em contextos históricos e sociais distintos — como nos Estados Unidos — não devem ser automaticamente transpostas para o cenário latino-americano. O autor critica, de modo incisivo, a tendência da sociologia estadunidense de absolutizar o presente, ignorando a natureza histórica, fugaz e dialética dos processos sociais.

Essa crítica nos permite aproximar o pensamento de Guerreiro Ramos ao de José Carlos Mariátegui (1991). O intelectual peruano, ao abordar a questão indígena, enfatiza sua inseparabilidade com a problemática fundiária. Para Mariátegui, as condições de penúria e opressão enfrentadas pelos povos indígenas são sintomas visíveis de uma dominação estrutural imposta pelo latifúndio, sustentado pelas classes proprietárias. A luta dos indígenas pela terra, portanto, expressa-se como uma

reivindicação histórica legítima, cuja formulação política e sistemática se impõe como tarefa das forças sociais comprometidas com a transformação.

Ainda que a análise de Mariátegui seja dirigida aos povos indígenas do Peru, é possível realizar um exercício de analogia crítica com a realidade brasileira: substituindo a figura do indígena pela do povo brasileiro em sua diversidade, e o latifúndio feudal pelo latifúndio agrário e pelas classes dominantes consolidadas no período pós-colonial e no bojo da industrialização, encontramos uma convergência significativa entre os dois pensadores quanto à necessidade de ruptura com estruturas de opressão histórica.

Guerreiro Ramos (1960) reforça esse imperativo ao afirmar que o Brasil não poderia se permitir adotar posturas paralisantes diante das suas contradições estruturais. Pelo contrário, o país precisaria avançar rumo a uma etapa superior de desenvolvimento, capaz de promover a emancipação plena da coletividade. Nesse sentido, as ciências sociais, para darem conta da totalidade do problema nacional, deveriam ultrapassar as análises instrumentais e alcançarem uma dimensão axiológica e ontológica da existência histórica brasileira.

O presente estudo, portanto, propõe-se a refletir criticamente sobre as múltiplas possibilidades do processo histórico brasileiro, apontando para a necessidade de escolhas radicais em relação ao destino coletivo. Partindo da condição do sociólogo como agente comprometido com a realidade, fundamentamos nossas considerações sobre axiologia e ontologia em uma análise sociológica prévia, que reconhece a inseparabilidade entre teoria e prática. Para isso, recorreremos à definição de ontologia nas palavras do professor Ricardo Antunes, que entendemos como referência fundamental à compreensão da existência humana em sua materialidade histórica e social:

Trabalho, educação e formação humana são dimensões do ser social muito, muito aproximadas. E tratá-las no plano ontológico e no plano epistemológico nos obriga a fazer uma primeira indicação, ainda que muito sintética. Quando falamos no plano ontológico, naturalmente a nossa referência aqui é marxiana e também lukacsiana. Esta é uma dimensão que remete à concretude do ser. Então, o trabalho na ontologia do ser social, ou numa dimensão ontológica, que é aquela dimensão estruturante que o trabalho tem na conformação do ser social, seja em sua gênese, no salto do ser pré-humano para o ser humano, seja na processualidade do mundo, na história concreta, seja no vir-a-ser, na medida em que o trabalho tem um papel por certo também transformador. O trabalho é central na vida do ser social por múltiplas razões. Primeiro, o homem se constituiu como ser humano social porque,

diferentemente do animal, ele pergunta. Eu tenho que suprir a minha fome. E como eu vou suprir essa minha fome? Caçando, pescando, coletando? O animal não pergunta. O animal supre a sua fome, claro, instintiva e biologicamente, por sua natureza biológica. O ser social não. O homem pergunta, o ser social, homem ou mulher, ele pergunta. Como é que posso fazer determinada coisa? Por isso é que o Marx tem aquela passagem seminal n'O Capital, que é absolutamente vital, qual seja: "o que diferencia o arquiteto da abelha, é que o arquiteto já tem pré-ideado na sua consciência o prédio que ele quer construir, o produto que ele quer imprimir, em uma forma concreta e material". A abelha não. A colméia é a mesma há milênios, já os prédios são diferentes. É verdade, que os prédios pós-modernos caem, muitas vezes são mal produzidos, arquitetados e projetados. A colméia em geral só cai quando ela é atacada. Mas, é evidente que nós estamos tratando aqui da dimensão fundante do ser social. Então, primeiro, não há trabalho para o ser humano sem o ato consciente de perguntar: produzir o quê e para quem? Segundo, o trabalho não é um ato individual, mas sim um ato coletivo. De tal modo que é no trabalho que o ser encontra os seus laços de sociabilidade mais profundos. E este trabalho, se é um trabalho dotado de uma dimensão humana ou social, como dizia Marx, ele é um trabalho criativo e emancipador (Antunes, 2011, p. 202-203).

Essas concepções marxistas, conforme explicitadas por Ricardo Antunes, assumem importância significativa para aqueles que buscam uma aproximação crítica com o pensamento de Guerreiro Ramos, especialmente a partir de uma perspectiva marxista. Nesse sentido, é imprescindível destacar um dos elementos centrais na obra de Ramos: a concepção de poder. Para o autor, o poder deve ser compreendido para além das formulações jurídico-formais, reconhecendo seu caráter dinâmico e historicamente determinado. O poder, portanto, não é um dado estático, mas um fenômeno enraizado nas condições sociais e políticas concretas, em constante mutação.

Nesse aspecto, a definição de Max Weber (1999) contribui para o debate ao caracterizar o poder como a possibilidade de um agente impor sua vontade sobre outros, mesmo diante de resistência, no contexto de uma relação social. Todavia, tal imposição está condicionada pelas estruturas sociais vigentes e legitimada por valores compartilhados por determinada coletividade. Assim, o poder revela-se como uma dimensão constitutiva da vida social, manifestando-se tanto em contextos de sociabilidade elementar quanto em sociedades historicamente organizadas.

No caso brasileiro, a análise do poder implica examinar os grupos e indivíduos que, ao longo da história, exerceram funções de direção e coordenação nacional. Tais agentes detêm não apenas o controle dos meios econômicos e militares, mas também ocupam posições-chave na administração pública e na estrutura do Estado. Para

compreender a dinâmica do poder nacional no Brasil, conforme proposto por Guerreiro Ramos (1960), torna-se necessário responder a três questões centrais: (1) de que maneira o substrato do poder nacional variou historicamente? (2) quais são os elementos constitutivos do poder na conjuntura atual? e (3) quais metas devem orientar a atuação dos atuais detentores do poder, considerando as especificidades históricas do país e do sistema internacional?

Ao abordar a primeira questão — a variação histórica do substrato do poder nacional —, Guerreiro propõe uma análise das condições materiais que estruturam o exercício do poder político. Em um país de base predominantemente agrária, como o Brasil, o poder nacional esteve, por muito tempo, fragilizado devido à ausência de uma experiência nacional plenamente constituída. A falta de integração territorial e a dispersão demográfica impediram, até o início do processo de industrialização, a formação de um sentimento de comunidade política sólida. A Proclamação da Independência em 1822, embora formalmente representasse a ruptura com a condição colonial, não significou uma transformação substancial nas estruturas de dominação herdadas do período anterior.

Nesse mesmo sentido, Florestan Fernandes (1972), em sua obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, aponta que os países latino-americanos, ao longo do século XX, mantiveram uma forma de capitalismo marcada por sua condição periférica e dependente, que implicou na reprodução de estruturas oligárquicas e na limitação da autonomia político-institucional. Para Florestan, a burguesia latino-americana foi incapaz de promover as reformas estruturais necessárias à consolidação de um projeto nacional autônomo, preferindo adaptar-se aos interesses do capital internacional. Vejamos,

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização ocidental", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático... Esse colonialismo teve seu início com a "Conquista" espanhola e portuguesa e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos

Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiram inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como "os interesses supremos da Nação", estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (Fernandes. 1972, p. 11-12).

Nesse sentido, o poder político e econômico, por longos períodos da história brasileira, permaneceu concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras, configurando um sistema de unidades de produção agrária marcadamente desarticulado e voltado à reprodução de interesses locais e privados. Tal estrutura impediu a formação de um mercado interno integrado, dificultando o desenvolvimento de uma consciência nacional coesa e de políticas públicas que atendessem a interesses coletivos.

Em seu ensaio *As classes sociais no Brasil*, Costa Pinto (1980) analisa de maneira acurada esse momento histórico, destacando que a configuração das classes sociais no país não pode ser compreendida à margem das estruturas herdadas do período colonial e da lógica agrário-exportadora que predominou até a consolidação de um projeto de industrialização. Segundo o autor, o poder oligárquico dos senhores de terra não apenas moldava a organização econômica, mas também influenciava profundamente as relações sociais e as estruturas institucionais, limitando as possibilidades de ascensão social e a constituição de uma esfera pública autônoma.

Costa Pinto enfatiza ainda que a inexistência de uma burguesia nacional forte e articulada contribuiu para a manutenção de um modelo de dominação baseado no clientelismo, no patrimonialismo e na dependência externa. Essa análise converge com a crítica de Guerreiro Ramos à importação irrefletida de categorias analíticas produzidas em contextos históricos distintos, como o norte-americano e o europeu, desconsiderando as especificidades do desenvolvimento latino-americano e as particularidades da sociedade brasileira.

Assim, compreende-se que a consolidação de um poder nacional autônomo no Brasil requeria não apenas transformações econômicas e tecnológicas, como aquelas

proporcionadas pela industrialização, mas também um redirecionamento teórico e metodológico da própria sociologia, capaz de produzir interpretações que dialoguem diretamente com a realidade histórica, social e cultural da América Latina. É neste ponto que se destaca a proposta de uma “sociologia de libertação” defendida por Guerreiro Ramos, cuja preocupação central reside na produção de conhecimento voltado à transformação da realidade social e não à mera reprodução de modelos analíticos alheios ao contexto latino-americano.

Sobre o predomínio da elite agrária durante a Primeira República, Leal (1978) observou que os fazendeiros, especialmente os vinculados à produção cafeeira do Sudeste, exerceram um papel central na condução política do país, consolidando um modelo de dominação baseado na articulação entre o poder local e o poder central. Segundo o autor, esse período ficou marcado pelo que denominou “coronelismo”, uma estrutura de poder que combinava mandonismo local, controle de votos e influência direta sobre as instâncias estatais. Essa lógica consolidava um Estado que, embora formalmente republicano, operava na prática por meio de redes de clientelismo e de pactos oligárquicos.

Leal destacou que,

Há ainda as despesas eleitorais. A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. Como os próprios chefes locais são em regra somente “remediados”, o suprimento de dinheiro para essas despesas apresenta certas particularidades que, para melhor ordem da exposição, deixamos para examinar mais adiante. O velho processo do bico de pena reduzia muito as despesas eleitorais. Os novos códigos, ampliando o corpo eleitoral e reclamando a presença efetiva dos votantes, aumentam os gastos. É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente. Esse panorama já se apresenta, aliás, com alguns indícios de modificação, segundo pode ser observado nas eleições realizadas em 1945 e 1947. No seio do próprio eleitorado rural verificaram-se “traições” dos empregados aos fazendeiros (Leal, 1978, p. 35-36).

Mesmo diante das transformações institucionais promovidas com a Proclamação da República, a estrutura de poder vigente preservava os interesses das oligarquias rurais, que continuaram a dominar o cenário político e econômico. Os mecanismos de representação política eram instrumentalizados de maneira a garantir a continuidade de um sistema que favorecia os grandes proprietários de terra em detrimento das classes populares e dos trabalhadores urbanos emergentes. Dessa forma, o Estado brasileiro funcionava como mediador dos interesses oligárquicos, perpetuando a exclusão social e impedindo a formação de uma verdadeira cidadania.

Essa análise converge com a leitura de Guerreiro Ramos (1960), para quem a compreensão das dinâmicas de poder no Brasil exige uma análise histórica das estruturas sociais que moldaram o país. A persistência do latifúndio, a marginalização das massas e a ausência de um projeto nacional autônomo indicam a necessidade de romper com os paradigmas herdados do colonialismo e de articular uma sociologia comprometida com os processos reais de transformação social. Para Guerreiro, a sociologia deveria abandonar os moldes importados e dedicar-se à elaboração de categorias analíticas enraizadas na realidade brasileira, especialmente no que diz respeito às formas de dominação, aos mecanismos de reprodução da desigualdade e ao papel do Estado na mediação dessas relações.

Essa perspectiva reforça a urgência de se compreender a industrialização não apenas como um processo técnico, mas como um fenômeno social e político que envolve a reorganização das estruturas de poder, a redefinição dos papéis sociais e a emergência de novas formas de subjetivação. Assim, a crítica de Guerreiro Ramos ao desenvolvimento dependente e ao mimetismo teórico torna-se particularmente relevante para pensar alternativas de emancipação e soberania no contexto latino-americano.

Pode-se afirmar, portanto, que a consolidação da classe dirigente no Brasil esteve fortemente ancorada em práticas de controle político, destacando-se, entre elas, o mecanismo do *voto de cabresto*. Guerreiro Ramos (1960) argumenta que, durante o período em que os grandes proprietários rurais detinham o poder por meio do mandonismo, o país caracterizava-se pela ausência de um verdadeiro sentimento de coesão nacional entre a população, o que impedia a constituição de um povo unificado.

Tal diagnóstico encontra eco nas reflexões de diversos intelectuais brasileiros ao longo do tempo, como Louis Couty, Silvio Romero e Alberto Torres. Contudo, é necessário ressaltar que as análises de Couty estão impregnadas de uma perspectiva marcadamente eurocêntrica, influenciada por concepções de darwinismo social. Nesse contexto, Stahl (2016) analisa criticamente essa produção, evidenciando como ela reproduz visões hierarquizantes e reducionistas da população brasileira, naturalizando desigualdades sociais e raciais sob a justificativa de supostas inferioridades culturais ou biológicas. Para Stahl,

Com suas formulações sobre o povo, ou sua ausência, Couty sedimentava aspectos do cientificismo na imagem do Brasil como possuidor de uma população atrasada – que precisava ser melhorada pela ação da imigração do branco –, de um povo improvável de ser representante do ideal de civilização que as elites buscavam. Sérgio Romero confirmava o diagnóstico de Couty ao aceitar que “que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta” (Stahl, 2016, p.227-228).

Silvio Romero (1881) igualmente compartilhou das ideias pessimistas acerca da constituição do povo brasileiro, chegando a endossar a provocação de um autor estrangeiro ao declarar que “a situação funcional da população brasileira pode ser expressa em uma só palavra: o Brasil não tem povo”, comentário que o próprio Romero considerava duro, porém verdadeiro (Romero, 1881, p. 293). Essa percepção converge com a análise de Alberto Torres, cujo diagnóstico da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX identificava como principais entraves ao progresso nacional a desarticulação social e a ausência de coesão entre os diversos segmentos populacionais.

Conforme expõe Rezende (2000), a leitura de Torres sobre o país revela um cenário de desorganização generalizada, embora dotado de potencial para transformação, desde que conduzido por lideranças competentes. A inexistência de um mercado interno estruturado, a precariedade dos sistemas de transporte e comunicação, bem como a vasta extensão de áreas desabitadas, reforçavam a fragmentação social e a ausência de um sentimento nacional coeso. Ainda que a unidade política fosse mantida por acordos entre elites locais, o Brasil não se consolidava enquanto nação, já que a constituição histórica de uma nação pressupõe

um povo unificado, tal como ressaltado por Mariátegui em sua análise das sociedades andinas.

Nesse contexto, o Brasil inseria-se no cenário internacional de maneira complementar, como mero exportador de produtos primários, enquanto internamente predominava a hegemonia das oligarquias agrárias, situação que expressava a alienação das relações de produção. Com o surgimento de um mercado nacional mais integrado, no entanto, esse panorama começou a se reconfigurar, promovendo uma inflexão centrípeta na organização da vida social e econômica do país. Tal transformação implicou não apenas uma reestruturação profunda da base econômica, mas também uma reconfiguração nas dinâmicas de convivência e luta entre as classes sociais.

Esse novo cenário foi responsável por alterar significativamente o substrato do poder nacional. A elite agrária tradicional cedeu espaço para o fortalecimento de novos atores sociais, como os trabalhadores urbanos e a burguesia industrial emergente, cujos interesses estavam vinculados à ampliação do mercado interno e à consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento. Essa nova composição social passou, então, a representar a principal força política do país, promovendo uma inflexão nos eixos de dominação e nas estruturas de poder. Nesse sentido, Costa Pinto (1980),

Esta ascensão de novas classes dirigentes, produto inevitável do sentido em que a economia nacional se desenvolveu, importou, algumas vezes, em conflitos de posição, de prestígio e de poder destas classes contra as antigas classes dirigentes agrárias, lutas que preenchem a evolução política do período republicano. Entretanto, o processo não foi, em todos os casos, de antagonismo aberto, tendo havido, muitas vezes, acomodações e ajustamentos entre esses grupos, especialmente entre os interesses mercantis e os agrários. Na prática, isto foi facilitado pelo caráter comercial que sempre teve a exploração agrícola extensiva no Brasil, que produzia para exportar; em segundo lugar, no plano político e ideológico, tudo indica que essas acomodações encontraram terreno objetivo para se estabelecer, na medida em que, mais recentemente, a presença e a atuação política do proletariado industrial e da pequena e média burguesia urbana passaram a se manifestar com maior intensidade, ameaçando as posições estabelecidas e dirigentes, como tais, independentemente do tipo agrário, mercantil ou industrial, das bases econômicas em que se sustentam (Costa Pinto, 1980, p. 244).

A consolidação de um mercado interno implicou transformações substanciais na configuração política e social brasileira. Ainda que tenham ocorrido mudanças

formais no regime de governo — como a transição do presidencialismo para um modelo próximo ao parlamentarismo —, o deslocamento real do poder ocorreu em direção às instituições que passaram a incorporar, ainda que parcialmente, a vontade popular, conforme assinalado por Costa Pinto (1980). Durante o período da Primeira República, o poder executivo manteve expressiva autoridade, exercendo forte influência sobre os processos eleitorais, muitas vezes por meio de práticas clientelistas e alianças com os coronéis nas instâncias locais.

Contudo, a derrota do candidato apoiado pelo Executivo nas eleições de 1950 representou um marco na dinâmica política nacional, indicando uma inflexão no centro de gravidade do poder, que começou a se concentrar progressivamente em instituições representativas, como o Congresso Nacional, e em formas populares de mobilização que emergiram em períodos de instabilidade. Embora o Legislativo tivesse, então, adquirido protagonismo, sua atuação efetiva era cerceada por limitações estruturais, entre as quais se destacava a fragilidade da vinculação ideológica dos partidos políticos às massas eleitorais.

Além disso, o modelo sindical vigente, instituído sob forte regulação estatal, engendrou uma burocracia sindical dissociada das demandas concretas da classe trabalhadora. Nesse sentido, Guerreiro Ramos (1960) critica a falta de representatividade das estruturas sindicais, que não expressavam de maneira autêntica os anseios do proletariado. Tal cenário dificultava o surgimento de uma verdadeira representação política das aspirações populares, uma vez que tanto o sistema partidário quanto o sindical estavam distantes da realidade vivenciada pelas camadas trabalhadoras da sociedade. É nesse ponto que se insere a análise de Fortes (2014),

Essa atitude ambivalente em relação ao “trabalhador nacional”, somada à ausência de centrais sindicais ou partidos de base popular, deixava pouco espaço para a emergência de um nacionalismo de massas no país. Ao longo dos anos 1930, as iniciativas nesse sentido ficaram muito mais nas mãos de forças oposicionistas representando os dois extremos do espectro ideológico (comunistas e integralistas), e em ambos os casos as ameaças foram enfrentadas de forma repressiva (não por meio da organização de uma base popular rival) pelo regime. Na ausência de uma articulação mais ampla entre a cúpula varguista e qualquer forma mais dinâmica de mobilização popular, tornava-se difícil quebrar a resistência patronal à generalização da aplicação efetiva da legislação trabalhista. Vale lembrar que o empresariado nacional, com raras e honrosas exceções, sempre se opôs ferozmente à extensão do domínio da lei ao espaço da produção. Os líderes industriais brasileiros, expressando uma mentalidade forjada pelo legado escravista e realimentada por concepções de naturalização das desigualdades sociais, sempre foram

taxativos em manifestar que viam a imposição de qualquer limite ao exercício de um poder arbitrário no processo produtivo como uma ameaça à sua própria condição de proprietários (Fortes, 2014, p.9).

De acordo com Ramos (1960), configurava-se uma situação de natureza dramática decorrente da dissociação entre as disposições subjetivas dos indivíduos que detinham o poder e a direção efetiva do processo histórico-social brasileiro. O autor argumenta que, naquele contexto, emergia uma nova classe dominante que, embora possuísse o controle político e econômico, ainda não havia se consolidado como uma classe dirigente. Essa distinção se revela fundamental: deter o poder não implica, necessariamente, possuir a capacidade de liderança efetiva sobre os rumos da sociedade.

Para que tal condição fosse alcançada, seria necessário que essa classe adquirisse uma compreensão crítica e aprofundada das demandas estruturais da sociedade brasileira, bem como do sentido histórico-objetivo do processo de transformação em curso. Apenas com essa consonância entre a consciência subjetiva da elite e o movimento objetivo das estruturas sociais seria possível o surgimento de uma verdadeira classe dirigente, capaz de orientar o desenvolvimento nacional de forma coerente e consequente.

Nesse sentido, Ramos identificava os industriais como representantes dessa nova elite detentora do poder, que, todavia, ainda não havia internalizado plenamente as exigências orgânicas da realidade brasileira dos anos 1960. Tal lacuna entre o poder exercido e a compreensão sociológica do papel a ser desempenhado gerava uma crise de direção no país. Essa constatação é retomada e aprofundada por Maria Hermínia Tavares de Almeida (1978) em sua tese *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930–1945)*, na qual analisa os desdobramentos da atuação dessa classe industrial mencionada por Guerreiro Ramos, apontando os desafios que tal configuração impôs ao projeto nacional. Para a autora,

O papel específico do estado brasileiro face a industrialização, nos idos do Estado Novo, a pois o foco da discussão que farei a seguir. Ela implica o estudo da relação do Estado com as frações de classe dominante, agrárias e industriais, para caracterizar o grau e os limites de sua autonomia. Esta relação, vista sob o prisma de um estado que se adianta as classes no implementar as "tarefas" da industrialização, servirá de critério ao corte do Estado Novo em dois períodos: o que se estende do golpe de 10 de novembro até a entrada do Brasil na guerra e o que a ele se segue até a deposição de

Vargas. No primeiro, a ação industrializante do estado é compatível com o atendimento dos interesses dominantes, ainda que não resulte deles. O regime ditatorial conhece dias daquela estabilidade que só a satisfação classes dominantes podem garantir. No segundo momento, a prática crescentemente intervencionista do Estado começa a chocar-se com os anelos das frações de classe proprietárias, forçadas a arcar com parte do ônus da política de industrialização. Abre-se a crise do regime. Crise complexa, cujos sinais exteriores serão as crescentes manifestações de personalidades políticas, intelectuais e estudantes, mas cujo verdadeiro foco é a oposição entre interesses agrárioexportadores e interesses industriais e simultânea a predominantemente o enfrentamento das frações burguesas e agroexportadoras e industriais com o Estado (Almeida, 1978, p.95).

Essa conjuntura não deve ser interpretada como uma acusação de incapacidade individual aos atores envolvidos. A formação da consciência de classe, como destaca Ramos, é um processo que se dá na prática histórica concreta e é condicionado por fatores objetivos, muitos dos quais escapam à vontade ou controle dos sujeitos sociais. No caso em questão, a nova classe dominante de meados do século XX enfrentava uma limitação significativa em sua consciência histórica e ideológica, cuja origem pode ser atribuída a dois elementos centrais.

Em primeiro lugar, o país vivenciava, nas décadas de 1930 e 1940, um processo acelerado de transformação estrutural, caracterizado pela transição de uma economia agrária para uma economia industrializada. Essa reconfiguração impactou de forma decisiva a distribuição da renda nacional e a composição das forças sociais em ascensão. Nesse cenário de mudança vertiginosa, a classe dominante emergente não teve o tempo necessário para consolidar uma maturidade ideológica compatível com sua posição de poder, como pontuou Costa Pinto (1980).

Em segundo lugar, a ausência de lideranças intelectualmente articuladas com os interesses nacionais de longo prazo, como foi o caso de Roberto Simonsen, contribuiu para o enfraquecimento da consciência política dessa elite. Leão, Pinto e Silva (2015) ressaltam que Simonsen, reconhecido por seu pensamento reformista e nacionalista, foi admirado por diversos autores vinculados ao campo progressista, como Celso Furtado, que o considerava uma referência teórica e política fundamental. A escassez de figuras com essa estatura ideológica comprometeu a capacidade da nova classe dominante de propor e implementar um projeto nacional coerente com as potencialidades econômicas e sociais do país. Essa limitação ideológica refletiu-se

também na atuação do Estado e dos partidos políticos, que se mostraram aquém das exigências históricas daquele momento.

Diante desse diagnóstico, Guerreiro Ramos (1960) apresentou dois caminhos possíveis para o Brasil: a manutenção da lógica de complementaridade ou a afirmação de um projeto histórico autônomo. A primeira alternativa implicava a continuidade da inserção periférica do país no sistema econômico internacional, subordinado às economias centrais e incapaz de alterar suas estruturas de poder. Essa opção, segundo Ramos, era marcada pela passividade e pela acomodação a uma ordem estabelecida. Em contraste, a segunda alternativa — mais desafiadora — exigia a construção de um desempenho histórico independente, pautado pela constituição de uma consciência nacional e pela superação das amarras econômicas e políticas herdadas da dependência histórica.

Para Ramos, essa busca por autonomia já se manifestava, ainda que de forma embrionária, por meio de uma crescente mobilização popular e do fortalecimento de sentimentos nacionalistas. O autor propôs uma concepção de nacionalismo que ultrapassa o simples apego emocional ao território, entendendo-o como a expressão da aspiração coletiva de um povo em assumir o controle de seu próprio destino. Trata-se, portanto, de um nacionalismo ativo, gestado nas práticas cotidianas de resistência e luta do povo brasileiro, que expressa o desejo de apropriação integral da identidade nacional e de transformação do país em um sujeito histórico autônomo.

Guerreiro Ramos formulou críticas contundentes à ciência econômica convencional, a qual, segundo ele, estaria frequentemente comprometida com as ideologias dominantes e descolada das realidades concretas dos países periféricos. O autor ressaltou a necessidade de uma abordagem crítica e engajada do desenvolvimento econômico, que vá além da técnica e incorpore valores, perspectivas históricas e as aspirações coletivas de uma nação. Em sua perspectiva, o desenvolvimento não poderia restringir-se a modelos universais e abstratos, mas deveria ser pensado a partir das particularidades históricas, sociais e culturais do Brasil.

Sua proposta envolvia a construção de um projeto nacional autônomo, baseado em uma consciência histórica e identitária fortalecida, que permitisse ao Brasil assumir uma posição de protagonismo no cenário internacional. Entretanto, o processo de

transição econômica e social no país, conforme analisado pelo autor, se deu de forma reativa, impulsionado por fatores exógenos e marcado por improvisações e ausência de planejamento estratégico. Um exemplo emblemático foi a queima dos estoques de café como medida emergencial para equilibrar a economia, ação que, embora tecnicamente justificável, simbolizava a carência de uma visão de longo prazo por parte das autoridades responsáveis.

A emergência de uma nova classe dominante nesse contexto não se consolidou de forma orgânica ou estável, o que gerou uma nova forma de tensão entre o Estado e a sociedade civil. Essa fratura revelou uma crise de legitimidade nas instituições e nas estruturas de representação política, indicando um distanciamento entre as elites dirigentes e os setores populares. Mesmo diante dessas críticas, Guerreiro Ramos não rejeitava por completo a tradição teórica europeia. Pelo contrário, ele dialogava com autores estrangeiros, porém com o cuidado metodológico de adaptar suas categorias analíticas à realidade brasileira, evitando o mero transplante teórico.

Um ponto de destaque em sua análise foi a percepção da apropriação tardia da noção de “sociedade” no Brasil, o que refletiria uma defasagem histórica na constituição de uma consciência coletiva nacional e na organização das demandas sociais em relação ao Estado. Nesse sentido, sua reflexão aponta para a formação da nação brasileira como um processo recente, ainda em curso, atravessado por conflitos, exclusões e disputas por reconhecimento. Tal abordagem crítica contrapõe-se às narrativas oficiais do nacionalismo homogêneo, frequentemente negligentes com relação às desigualdades estruturais e às lutas protagonizadas por grupos historicamente marginalizados.

Dessa forma, o pensamento de Guerreiro Ramos contribui significativamente para uma reinterpretação crítica da formação social brasileira, exigindo uma análise mais profunda das relações de poder e das representações hegemônicas que moldaram — e ainda moldam — a trajetória da sociedade brasileira contemporânea.

Considerações Finais

A análise da constituição do substrato do poder nacional no Brasil, a partir das contribuições teóricas de Guerreiro Ramos e outros autores da tradição sociológica

crítica, permite compreender as contradições e os desafios da formação de uma classe dirigente efetiva no país. O deslocamento do poder de uma elite agrária para setores emergentes, como a burguesia industrial e a classe trabalhadora, não se traduziu automaticamente em um projeto nacional articulado e autônomo. Faltou a esses novos sujeitos históricos a construção de uma consciência de classe coesa e alinhada ao sentido objetivo do processo social brasileiro. A ausência de lideranças com visão estratégica e a apropriação tardia de categorias fundamentais à vida política moderna — como a própria noção de sociedade — revelam a precariedade do projeto nacional. Nesse sentido, retomar o pensamento de Guerreiro Ramos se mostra essencial para uma crítica às estruturas de poder vigentes e para a formulação de alternativas que priorizem a autonomia ideológica e o desenvolvimento endógeno.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Estado e classes trabalhadoras no Brasil: (1930 - 1945). 1978. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ANTUNES, Ricardo. A ontologia singularmente humana do trabalho. *Motrivivência*, [S.L.], v. 22, n. 35, p. 202-233, 1 jul. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2010v22n35p202>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p202>. Acesso em: 5 jan. 2024.

COHN, Gabriel. A sociologia como interlocução. Blog da biblioteca virtual do pensamento social, 2023. Disponível em: <https://blogbvps.com/2023/03/29/asociologia-como-interlocucao-por-gabriel-cohn/>. Acesso em 28 dez. 2023.

COSTA PINTO, L. A. Sociologia e desenvolvimento: Temas e problemas de nosso tempo. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 157 p.

FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 27 jan. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. 368 p.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 5ª. ed., São Paulo :Alfa-Omega, 1986.

LEÃO, Igor Zandoni Constant Carneiro; PINTO, Thiago Luis de Quadros Ramos; SILVA, Newton Gracia da. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. *Economia e Sociedade*, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 177-199, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art7>.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en la América Latina. In: QUIJANO, A. (selección, prólogo y notas introductorias) José Carlos Mariátegui: textos básicos. Lima, Fondo de Cultura Económica, 1991.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Bráulio Tarcísio Pôrto de. Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. *Linhas Críticas*, [S.L.], v. 3, n. 3-4, p. 149-172, 31 dez. 1997. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v3i3-4.2655>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2655>. Acesso em: 4 jan. 2024.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O Problema nacional do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

REZENDE, Maria José. Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres. *Estudos de Sociologia*, n.8, p.35-58, 2000.

ROMERO, Sílvio. “Introdução à história da literatura brasileira”. In: *Revista Brasileira*, tomo 9, set. 1881.

SINGER, Paul. Desenvolvimento: significado e estratégia. Significado e estratégia. 2023. Disponível em: <https://paulsinger.com.br/desenvolvimento-significado-eestrategia-paul-singer-2008/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

STAHL, M. Louis Couty e o império do Brasil: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016, 310 p. ISBN 978-85-68576-85-4. <https://doi.org/10.7476/9788568576854>.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 448 p. Tradução: Maria Encarnación Moya.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586p.